

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 131, DE 2009

Projeto de lei para instituir regras para a concessão de crédito ao consumidor e dá outras providências.

Autor: Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das
Relações de Consumo-IBEDEC

Relator: Deputado Jurandil Juarez

I - RELATÓRIO

O Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo-IBEDEC sugere a apresentação de projeto de lei, instituindo regras para a concessão de crédito a consumidor.

Entre estas, inclui a divulgação prévia do comprometimento de renda, das taxas de juros, do custo efetivo total, da comprovação de renda e demais condições da operação financeira.

Estabelece que o crédito concedido não poderá ter parcelas mensais acima de 30% da renda líquida do mutuário.

Na justificativa apresentada, o IBEDEC destaca algumas distorções na concessão ao crédito ao consumidor, a exemplo da negativa da concessão de crédito, sem qualquer justificativa, ao consumidor que tenha comprovado renda e apresentado a documentação exigida.

Outro problema detectado é a oferta de crédito em limites muito superiores à capacidade de pagamento do tomador, tornando-se necessário o estabelecimento de um percentual máximo de comprometimento da renda..

Assim, a sugestão apresentada objetiva o estabelecimento de normas para coibir as distorções apontadas.

II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente, louvamos o interesse do IBEDEC em participar da resolução de um problema muito complexo.

Realmente, a expansão da oferta de crédito do últimos anos tem ocasionado o surgimento de diversos problemas e sugestões, que precisam ser, pelo menos, atenuados.

Entretanto, a matéria é de competência do Conselho Monetário Nacional, por força da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências”.

Entre as competências do Conselho Monetário Nacional, o art. 4º, inciso VI, estabelece:

“Art. 4º Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República:

.....:

VI – Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias, por parte das instituições financeiras.”.

Pelo acima exposto, votamos pela rejeição da Sugestão nº 131, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2009

Deputado Jurandil Juarez
Relator